

A PERCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL¹

Jandir Ferrera de Lima²

Moacir Piffer³

Cristiane Fernanda Klein⁴

Paulo Henrique De Cezaro Eberhardt⁵

RESUMO

Este artigo analisa a percepção do desenvolvimento regional na opinião das lideranças do Fórum da região Grande Fronteira do Mercosul (GFM) no Sul do Brasil. A região GFM enfrenta dificuldades em manter seu dinamismo econômico frente ao contexto de globalização, da competitividade dos mercados, das dificuldades das pequenas propriedades rurais e as precárias condições sociais de parcela significativa da sua população. Para as lideranças do Fórum da GFM, o desenvolvimento regional implica na melhoria dos indicadores econômicos e sociais e na ação coordenada da sociedade civil organizada através dos órgãos de governança local.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Governança; Economia regional; Fronteiras

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar a percepção do desenvolvimento regional dos líderes e *experts* ligados à coordenação da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM). Nesse sentido, buscou-se conhecer o conceito que essas autoridades e técnicos tem do desenvolvimento regional e do papel do Fórum da GFM.

A mesorregião GFM surgiu a partir de estudos propostos no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MIN). As “Mesorregiões Diferenciadas” são

espaços sub nacionais, contíguas entre dois ou mais estados federados, cujos perfis sociais, econômicos e históricos apresentam similaridades e por vezes interagem.

Nesses espaços foi detectado que a dinâmica do crescimento econômico está abaixo da média estadual ou nacional. A fim de subsidiar a intervenção regional e as políticas públicas voltadas ao suporte das atividades econômicas ligadas às Mesorregiões Diferenciadas, o Ministério da Integração Nacional criou 13 programas de desenvolvimento regional com base em ações de gestão compartilhada do espaço territorial e da integração de políticas públicas.

Na área de abrangência desses programas tem-se a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM), localizada no Sul do Brasil (a área da GFM pode ser visualizada em <<http://www.mesomercosul.org.br>>). A área de abrangência da GFM é de 139,2 mil Km² englobando 415 municípios, em torno de quatro milhões de habitantes. Suas microrregiões apresentam características diferenciadas internamente em termos de dinamismo econômico, estabilidade e indicadores de desenvolvimento humano. Já em relação à Região Sul há também uma grande disparidade. Apesar da área da GFM apresentar um quarto do território sulino e ter um quarto da população da Região, o seu Produto Interno Bruto representa pouco mais de um décimo do Produto Interno Bruto do Sul do Brasil. Além disso, o PIB *per capita* da Mesorregião (US\$ 3.285,00) é 40% menor que o da Região Sul (US\$ 5.320,00).

Frente a esse cenário, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião GFM criou o Fórum mesorregional. Esse fórum serve para a articulação institucional entre o governo e a sociedade civil organizada, para a mobilização e apoio as organizações representativas das comunidades locais.

Neste sentido, esse artigo torna-se uma referência na programação de políticas de geração de emprego e renda na área de abrangência da GFM. Sendo assim, conhecer a percepção dos gestores do Fórum da GFM, que é seu órgão gestor, se torna importante para criar elementos de governança e fortalecimento institucional do próprio Fórum.

2 A CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS

Para Andrade (1987) é de difícil solução estabelecer uma definição precisa para desenvolvimento econômico regional. Para ele, é um processo desencadeado por um programa norteado por vários elementos: capital de cada região, a mentalidade da população e sua capacidade em estabelecer parcerias em prol do progresso econômico e social, além do estabelecimento de políticas públicas para estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico, ou seja, melhorias no emprego e na renda.

Além desses elementos, Furtado (1983, 2001) salienta que o desenvolvimento econômico está relacionado à variável renda. Na medida em que a economia vem ganhando produtividade e aumenta os seus excedentes, o processo de acumulação de capital conduz ao crescimento econômico. Como os aumentos da produtividade e dos excedentes exigem modificações nas técnicas de produção, na dotação de capital e na incorporação de progresso técnico, então se fazem necessários investimentos na base produtiva e no capital humano. Investimentos em capital humano têm rebatimentos na diversificação da divisão social do trabalho e na especialização do trabalhador ao longo do processo histórico.

Quanto a isso, Ferrera de Lima (2012) afirma que o desenvolvimento regional, enquanto estágio e processo se referem a melhorias no nível de vida da população. Essa elevação é observada com a elevação do nível de renda, que deve ser superior ao crescimento demográfico. No entanto, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* não se traduz necessariamente numa melhor distribuição de renda e também em garantias para um crescimento sustentável da produção no futuro. Por isso, o processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, uma vez desencadeado em escala regional apresentaria um conjunto de sequencias, ações, fases e desequilíbrios que criariam as pré-condições para mudanças estruturais. Para isso, a autonomia das regiões quanto à gestão do processo produtivo é extremamente importante. O empoderamento da comunidade regional é um dos principais fatores para se garantir a descentralização e o fortalecimento institucional.

Já para Polèse (1998), o desenvolvimento econômico regional acontece quando há uma descentralização de políticas, deixando livres os espaços regionais.

Assim, é importante observar a base econômica, deixando que o capital, o trabalho e as tendências econômicas fluam como suporte da região, seja esta agrícola, industrial ou comercial. São as riquezas naturais das regiões aliadas ao fator humano (cultura, costumes, práticas de trabalho, etc.) que adaptarão a economia nos moldes próprios de suas particularidades. Com esses suportes produtivos regionais traçar-se-á planos de desenvolvimento aliados ao dinamismo da economia nacional e mundial.

Frente ao exposto, surge o questionamento: Como o desenvolvimento econômico se torna desenvolvimento regional? O processo de desenvolvimento econômico se torna desenvolvimento regional quando estimula modificações na diversidade das formas sociais e econômicas ao longo do espaço regional. Assim, o crescimento econômico é compreendido apenas pela expansão da produção real, expresso pelo volume físico da produção, já o desenvolvimento econômico implica em mudanças qualitativas que criam um mercado interno e melhoram as condições de vida.

O desenvolvimento regional implica na propagação ou difusão das transformações geradas pelo crescimento e desenvolvimento econômico nas regiões, diminuindo as disparidades e fortalecendo a coesão social. Como a região é caracterizada pela presença de aglomerações, então o desenvolvimento deve conduzir a uma estrutura policêntrica em detrimento de estruturas monocêntricas (FERRERA DE LIMA, 2010).

Anas et all (1998) chamam a atenção que as regiões e suas cidades são formadas por forças aglomerativas, que por sua vez é reflexo das forças e externalidades, das políticas públicas e, e em última instância, da vontade dos cidadãos. Para Arbix e Zilbovicius (2001), isso representa o resgate da ideia de desenvolvimento, pois ele implica na busca pelo bem-estar social que é a única meta capaz de dar pleno sentido às estratégias de desenvolvimento.

Para Moraes (2003) o desenvolvimento em todos os seus parâmetros é consequência da democracia e da organização social. Por isso, o fortalecimento do capital social numa região propicia o seu desenvolvimento. Então, antes do processo de expansão da acumulação do capital e das melhorias no capital humano, faz-se necessário fortalecer a coesão e o tecido social. Até porque as oportunidades

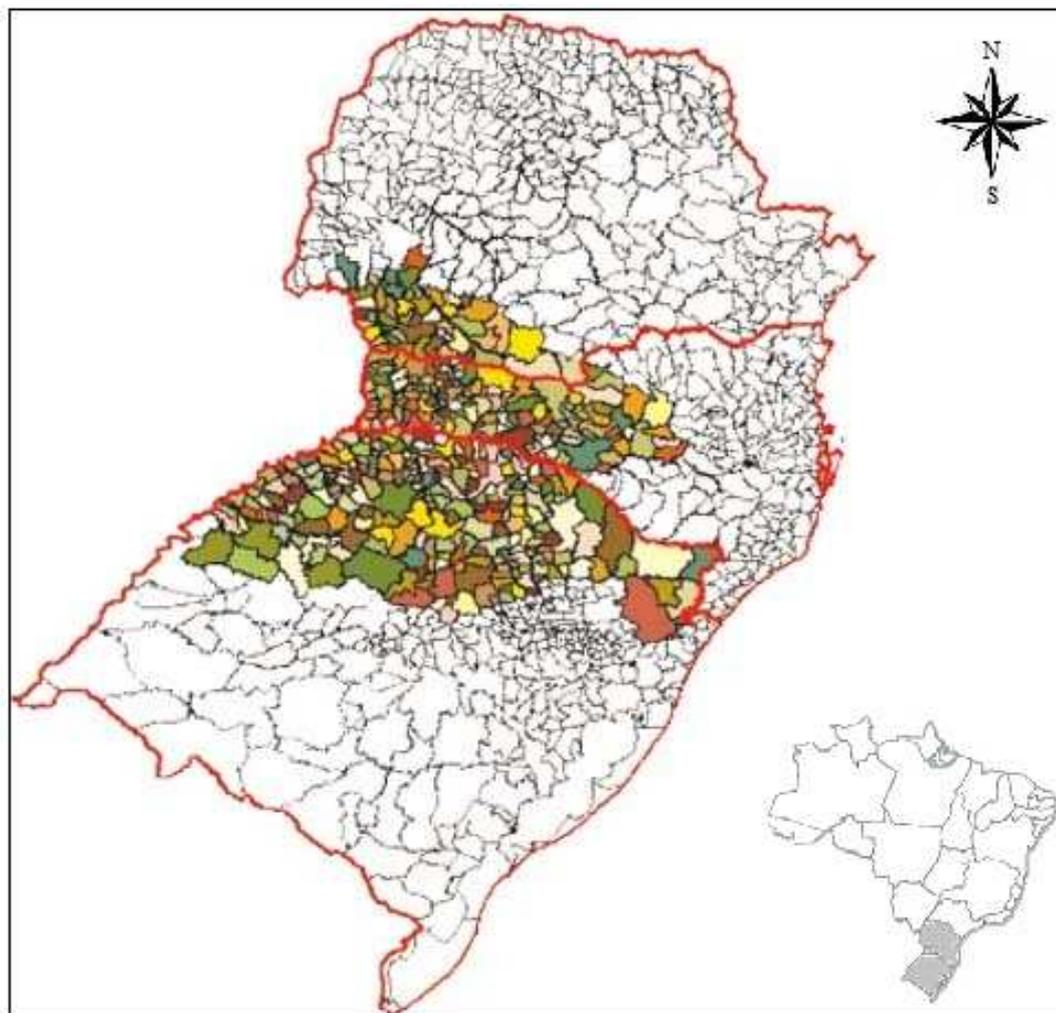
regionais de desenvolvimento dependem das especificidades e da dinâmica de cada localidade e como ela se insere na dinâmica dos mercados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os agentes integrantes das organizações e instituições localizadas na área de abrangência da GFM se reuniram em 28 de novembro de 2002, na cidade de Erechim (RS) com o objetivo de criar o Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Dentre os objetivos para a formação do Fórum estava a retomada do crescimento econômico da maioria dos municípios que integram essa porção da Região Sul do Brasil, bem como o diálogo com as lideranças do Ministério da Integração Nacional (MIN) para os investimentos apontados como prioritários na Mesorregião.

As ações empreendidas na esfera da GFM para atender o objetivo da retomada do crescimento econômico mobilizaram as mais diversas camadas da sociedade civil, administração pública, agentes privados, universidades e associações (Carta da Mesorregião GFM, 2011). O Fórum é composto por uma Assembleia geral, órgão máximo da estrutura, da qual fazem parte os representantes indicados pelos Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o governo Federal, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), as Instituições de fomento dos Estados e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL).

Figura 1 - Abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM) - 2012



Fonte: www.Mesomercosul.org.br

A pesquisa seguiu o método Delphi, utilizado em situações nas quais se estimula a criação de novas idéias.

O método Delphi é uma técnica para a busca de um consenso de opiniões de um grupo de especialistas a respeito do presente e do futuro previsto e desejado. A evolução em direção a um consenso obtido no processo representa uma consolidação do julgamento intuitivo de um grupo de peritos sobre a realidade regional, pois a técnica pressupões que o julgamento coletivo é melhor que as opiniões individuais. O *feedback* estabelecido através das respostas permitiu a troca de informações entre os diversos participantes e, em geral, conduz a uma

convergência rumo a uma posição de consenso. O método Delphi não se caracteriza por um instrumento de previsão, mas considera proposições e opiniões sobre políticas alternativas referentes a temática em questão. Por isso, seu uso foi adequado aos objetivos propostos nessa pesquisa (WRIGHT e GIOVANAZZO, 2000; CANDIDO et all, 2007).

A partir dos resultados do estudo de Ferrera de Lima e Eberhardt (2010), que usaram ferramentas de análise regional para criar indicadores do perfil do crescimento econômico da Mesorregião GFM, os seus resultados foram usados como elemento norteador do debate junto às lideranças regionais. Essas questões foram aplicadas e discutidas juntas as lideranças regionais, preservando-se o anonimato das respostas individuais. Nesse caso, a amostra é não probabilística. O primeiro rol de conversas se iniciou no final do ano de 2010 durante o primeiro *workshop* das lideranças do Fórum com representantes do Ministério da Integração Nacional (MIN). Esse evento ocorreu em Curitiba. Novos encontros e conversas com lideranças ocorreram durante o ano de 2011 e início de 2012, totalizando mais de trinta discussões com lideranças.

Dentre os questionamentos para estimular a discussão se perguntavam sobre os problemas que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM) enfrenta na atualidade, se as políticas e ações sugeridas pelo Fórum estava contribuindo para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento regional e quais as perspectivas e alternativas eram necessárias para o porvir da Mesorregião. Cabe ressaltar que os representantes do Fórum da GFM estabeleceram suas definições sobre seu conceito de desenvolvimento regional. Saber a opinião desses representantes é importante, haja vista que os mesmos são responsáveis pelas ações que conduzem a uma melhoria da qualidade de vida e de crescimento da produção nas localidades nas quais participam. Sua visão da região reflete também a visão da população, pois são formadores de opinião.

4 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL: CONSTATAÇÕES RECENTES

Em estudo de Ferrera de Lima e Eberhardt (2010) os autores apontam que a mesorregião GFM vem enfrentando dificuldades em manter seu dinamismo econômico frente ao contexto de globalização e competitividade dos mercados, além das dificuldades inerentes a inserção da pequena propriedade rural e as precárias condições de vida de parcela significativa da população.

Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de criação de empregos e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional que fortalece as microrregiões mais ricas. Tanto que os dados apresentados demonstram que as microrregiões menos significativas em termos de Produto Interno Bruto são as que apresentam maior especialização das suas economias regionais. Por outro lado, as microrregiões com maior adensamento de população e maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita possuem uma maior diversificação das atividades produtivas, o que as deixa menos instáveis e susceptíveis às crises econômicas, em especial aquelas relacionadas ao setor primário da economia.

Frente à realidade exposta, a Mesorregião GFM convive com dois fenômenos espaciais: o primeiro é um processo de reestruturação espacial e a forte desigualdade; e, o fortalecimento da especialização nas microrregiões com menor adensamento de população e PIB per capita. Ou seja, a reestruturação que ocorreu nos últimos anos na GFM não estimulou a diversificação das economias regionais, apesar de uma melhoria sensível da economia regional frente ao conjunto do Sul do Brasil. Isso significa que no aspecto intra regional as desigualdades continuam patententes.

No âmbito das discussões do Fórum da GFM (2011), as alternativas para melhorar a convergência das economias regionais e diminuir as disparidades econômicas são: a) promover ações de complementação da infraestrutura básica, dando suporte às atividades produtivas; b) incentivar e capacitar os produtores rurais e a população em atividades econômicas ligadas diretamente às aptidões regionais, em especial as agropecuárias; c) apoiar a implementação de políticas sociais compensatórias.

As alternativas propostas no âmbito do Fórum da GFM (2011) vêm de encontro aos apontamentos de Ferrera de Lima e Eberhardt (2010). Ambos salientam que se faz necessário a intervenção regional no conjunto da GFM, por meio da participação e ação da sociedade civil organizada, do poder público e das instituições, via políticas públicas voltadas à retomada do dinamismo econômico e da difusão do desenvolvimento regional. Para tal, urge fortalecer a articulação das instituições envolvidas na governança local.

5 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GOVERNANÇA LOCAL: AS FORMAS DE ARTICULAÇÃO DO FÓRUM DA GFM

O desenvolvimento econômico é uma questão ampla, pois engloba desde a evolução positiva dos indicadores econômicos, bem como as melhorias nos indicadores sociais e a preservação do ecossistema. Programar o desenvolvimento sem a melhoria de todos esses indicadores globais conduz ao longo do tempo a disparidades socioeconômicas e a degradação dos recursos naturais, que são também insumos produtivos e bens de consumo da população.

Para melhorar o desenvolvimento de maneira global nos municípios que compõem a GFM atendendo o aspecto econômico, o aspecto social e o aspecto ambiental, faz-se necessário uma série de ações e políticas coordenadas. A seguir, serão tratadas questões ligadas à governança local. A governança é muito importante, pois sem a coordenação da população, das instituições e da ação do poder público no gerenciamento do desenvolvimento, muitas ações podem perder seu efeito ou cair no marasmo político, sem a devida continuidade.

5.1 Governança local e instituições na mesorregião GFM: instrumentos eficazes de desenvolvimento

Um dos principais instrumentos de desenvolvimento em municípios frágeis às mudanças ambientais e econômicas, como é o caso de regiões atingidas por grandes investimentos em infraestrutura (barragens hidroelétricas, rodovias federais), é uma atuação maciça das instituições e da sociedade civil organizada.

Como já mencionado na introdução desse texto, a governança da GFM tem como órgão gerenciador o seu Fórum, cujo objetivo é promover a integração entre os agentes públicos e privados, a fim de estimulá-los a buscar alternativas e ações que busquem a promoção de bem-estar social e econômico dos habitantes da região.

As ações do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul se estrutura através dos conselhos e agências. Os conselhos e agências da GFM se diferem e são divididos por Estados. No Rio Grande do Sul, existem os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Atualmente, há sete COREDES gaúchos que integram a área de abrangência da GFM, dos quais 238 municípios. Os COREDES que estão na área de abrangência da GFM são: Médio Alto Uruguai, Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial, Norte e Rio da Várzea.

Em Santa Catarina e no Paraná existem as Associações Municipais que atuam na área da GFM. Em Santa Catarina, as dez associações existentes compreendem 130 municípios e são integradas através da atuação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento. No Paraná, as associações municipais compreendem 47 municípios.

Figura 2: Governança na Área de Abrangência da GFM - 2011

Estado	Agência	Total de Municípios
Rio Grande do Sul	COREDES	238
Santa Catarina	Associações Municipais e Secretárias Regionais de Desenvolvimento	130
Paraná	Associações Municipais	47

Fonte: resultados da pesquisa.

Além do trabalho local desempenhado pelo Fórum da GFM, a concentração territorial do desenvolvimento e sua integração é bem articulada através das associações e organismos que congregam os municípios.

Ao longo da pesquisa, notou-se a consciência dessa representatividade institucional dos representantes da sociedade civil organizada, bem como dos representantes de alguns municípios que compõem a GFM. Também se observou

associações de empresários, sindicatos e agricultores altamente engajados na crítica e na proposição de alternativas ao desenvolvimento local. No entanto, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de Santa Catarina (Epagri) foram os órgãos que demonstraram maior dinamismo nas questões ligadas a territorialidade rural em todos os municípios. Até porque no plano de ação e no plano plurianual – PPA (2012/2015) os quatro setores agrícolas priorizados são a apicultura, a fruticultura, a ovino/caprinocultura e a piscicultura. No setor de transformação, será priorizada a indústria criativa (artesanato/cultura/turismo).

Como esses setores estão diretamente relacionados à territorialidade rural, o engajamento dos técnicos da Emater (PR/RS) e da Epagri ressalta a importância desses órgãos nos municípios em que a agricultura familiar de pequena propriedade é predominante, atendendo às características de cada região e as estratégias de desenvolvimento traçadas pelo Fórum da GFM.

6 A PERCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS GESTORES DO FÓRUM DA GFM

Os gestores do Fórum da GFM definiram desenvolvimento regional como ações integradas que beneficiam todas as classes e possibilita o bem estar da população no tocante à saúde, educação, turismo, emprego e tecnologia. Essas ações devem partir da aptidão marcante da região que é a agricultura e a transformação agroalimentar.

Pode-se dizer que a população espera o desenvolvimento, com bases naquilo que possibilitou o crescimento econômico da região ao longo da sua história, ou seja, desenvolvimento regional fundamentado nas produções agropecuárias e na criatividade das comunidades.

O desenvolvimento regional baseia-se também na melhoria da qualidade de vida e na geração de emprego e renda para as famílias. Investimento nas fontes de renda para criação de empregos, programas conjuntos entre os municípios, visando

torná-los parceiros e não concorrentes. Para isso, as políticas de desenvolvimento regional deverão atender prioritariamente as características naturais da região (solos férteis e relevo plano), como também as características da população, que social e economicamente, está arraigada no trabalho da terra e seus costumes que margeiam esta prática. O comércio, o turismo e a agroindústria são fatores que poderão auxiliar nessa forte base econômica da região.

Nota-se uma preocupação nas regiões com o fator emprego, pois a população campesina deixa a lavoura para trabalhar nas cidades. Esse problema gira em torno de vários fatores: política agrária nacional, falta de recursos agropecuários, quantidade de terra insuficiente para quantidade de membros nas famílias, oportunidades de emprego e renda em outras localidades, etc. Por isso, o gerente da Mesomercosul, Cleber Mello Filho, a definição de setores produtivos ligados à territorialidade rural, em especial a fruticultura, se baseou tanto em dados de desenvolvimento regional, quanto na aptidão econômica dos municípios de pequeno porte se revelando numa alternativa para a questão de emprego e renda no curto prazo (GFM, 2011).

Porém, nota-se que além da fruticultura, há também a preocupação com o investimento em outras fontes de renda. Sabe-se que na maioria dos municípios que compõem a GFM a principal fonte de renda ainda é a agricultura familiar (pecuária leiteira, aviários, sericicultura, fumeicultura, etc.). Segundo Abramovay (1997: 222), a agricultura familiar "é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas".

Por isso, segundo Alebrandt (2010) e Perin (2010), no curto prazo, o desenvolvimento econômico da região deve-se basear numa política de investimentos no fortalecimento da qualidade de vida, no fortalecimento da pequena propriedade rural e da micro e pequena empresa. No longo prazo, a política de desenvolvimento deve focar na diversificação das atividades produtivas no longo prazo, como fontes alternativas de renda. No entanto, para se atingir esses objetivos de curto e longo prazo faz-se necessário por em marcha o plano estratégico de desenvolvimento da Região. Ou seja, assim como Moraes (2003), Alebrandt

(2010) e Perin (2010) apontam que a democracia e da organização social norteiam o fortalecimento do capital social e o planejamento do desenvolvimento.

Até início de 2012, o plano estratégico da Mesorregião GFM não havia avançado pela falta de um fundo nacional de desenvolvimento regional e a definição das diretrizes e ações. Esse quadro se agrava frente à situação do agravamento das desigualdades econômicas internas na mesorregião da GFM. A percepção de Alembrandt (2010) é confirmada por Ferrera de Lima e Eberhardt (2010, p. 141-143), que ao estimar o Coeficiente de Desigualdade Regional (CDR)⁶ intra regional da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul constataram o fortalecimento das desigualdades econômicas. No caso, com exceção das microrregiões de Passo Fundo, Xanxerê, Chapecó e Palmas, nas quais houve diminuição do CDR, nas outras microrregiões as desigualdades se mantiveram. Com isso, se percebe que a capacidade de gerar riqueza, mesmo com um perfil homogêneo de empregos formais, é diferenciada entre microrregiões. Apesar da criação do Fórum da GFM e as políticas setoriais oriundas da sua ação nos últimos anos, o perfil das desigualdades regionais manteve-se em inércia, o que exige mais investimentos e discussões das áreas prioritárias para investimentos.

Em suma, nos últimos anos o ritmo de crescimento econômico das microrregiões continuou diferenciado, beneficiando municípios pólos, o que explica o porquê das microrregiões com PIB mais significativo terem avançado na atração de população enquanto os municípios periféricos perderam.

Outro elemento de destaque é a preocupação em criar parcerias entre os municípios. Esse é um fator positivo na conscientização de que unindo os pequenos municípios se fortalece a região. Pode-se afirmar que essa consciência é uma consequência dos Programas desenvolvidos pelo Fórum da GFM, nos quais projetos de agricultura orgânica levam agricultores de vários municípios a participarem de feiras que comercializam seus produtos e até mesmo a promoção de festas regionais que promovam a cultura regional.

No que se percebe nas autoridades e técnicos locais, o desenvolvimento regional é compreendido como um conjunto de ações que, apoiadas numa política específica, possibilita o bem estar da população. Essa percepção vem de encontro ao apontado por Arbix e Zilbovicius (2001), pois eles afirmam que a ideia de desenvolvimento implica na busca pelo bem-estar social. Essa é a única meta capaz

de dar pleno sentido às estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Porém, para que isso aconteça, faz-se necessário à integração regional dentro dos aspectos que norteiam cada região, ou seja, integrar o setor econômico viável às características socioculturais bem como as tecnologias e peculiaridades que envolvam o trabalho e a preservação do meio ambiente.

7 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo principal analisar a percepção do conceito de desenvolvimento regional nos gestores do Fórum da GFM.

A partir das respostas dos “*experts*” observou-se que na sua concepção o desenvolvimento regional implica na implementação de uma série de políticas ao longo dos anos e a ação coordenada dos órgãos de governança local. Dentre as políticas que foram apresentadas, algumas são de manutenção e outras de implantação de ações ou instalações que venham a subsidiar o dinamismo das regiões.

Os gestores definiram desenvolvimento regional como ações integradas que beneficiam todas as classes e estimulam o bem estar da população no tocante à saúde, educação, turismo, emprego e tecnologia sendo que essas ações devem partir da característica marcante da região que é a agricultura. O desenvolvimento regional baseia-se na melhoria da qualidade de vida e na geração de emprego e renda para as famílias.

A organização dos atores sociais de cada região, através dos conselhos, fóruns de desenvolvimento, entre outros, contribuem para um novo modelo de gestão de políticas públicas, viabilizando a participação da sociedade civil e de suas instituições mais qualificadas, como as Universidades, na formulação e controle da execução das políticas socioeconômicas. Isto pode gerar um avanço da participação popular e cidadã no processo, combinando a democracia participativa com a democracia direta deliberativa.

A partir das informações ponderadas nesse texto, conclui-se que a articulação feita através do consenso participativo da sociedade civil organizada no Fórum da GFM sustenta as estratégias de desenvolvimento regional e fortalece a cidadania

regional. Essa cidadania tem constitucionalizada sua dimensão política, outorgando destaque ao seu perfil formativo a partir da participação direta e deliberativa da sociedade civil organizada nas ações de gestão dos interesses públicos. Portanto, a política deliberativa é um instrumento de democracia para o desenvolvimento regional e encontra-se sua expressão na percepção dos membros do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

ABSTRACT

This paper examines the perception of regional development in the opinion of the leaders of the region's Great Frontier of Mercosur Forum (GFM) in southern Brazil. The GFM region is struggling to maintain its economic dynamism outside the context of globalization, competitive markets, the difficulties of small farms and poor social conditions of a significant portion of its population. To the leaders of the Forum of GFM region, regional development involves them providing of economic and social indicators and the coordinated action of civil society through the organs of local governance.

Key-words: Regional development; Governance; Regional economy; borders

NOTAS

¹ Esse artigo é resultado de pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Araucária do Paraná. Os autores agradecem as críticas e sugestões dos pareceristas.

² Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ e Pesquisador do GEPEC e da Fundação Araucária.

³ Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do GEPEC e da Fundação Araucária.

⁴ Acadêmica de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Parana (UNIOESTE). Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

⁵ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

⁶ O Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR) mede a dispersão dos níveis de renda regional *per capita*, relativamente à região de referência, enquanto cada desvio regional é ponderado por sua participação na população da mesma região de referência (WILLIAMSON, 1977). O CDR foi estimado pela raiz quadrática do somatório das diferenças entre o PIB *per capita* de cada microrregião e o PIB *per capita* da Região Sul (ou GFM), ponderadas pela população microrregional sobre o total de população na Região Sul, sendo esse somatório dividido pelo PIB *per capita* regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF. *Anais...* Brasília: PNUD, 1997.

ALEMBRANDT, S. *Informações GFM* [entrevista concedida]. Entrevista concedida aos autores, Curitiba, 13 de dezembro de 2010.

ANAS, A.; ARNOTT, R.; SMALL, K. Urban spatial structure. *Journal of Economic Literature*. Vol XXXVI, p. 1426-1464, 1998.

ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento: Uma introdução a economia regional* 5 ed., São Paulo: Atlas, 1987.

ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. IN: ARBIX, G. et all. *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo: Unesp/Edusp, p.55-69, 2001.

CANDIDO, R.; SILVA, J.R.; CORAIOLA, J.A; LEZANA, A.G. Método Delphi: Uma ferramenta para uso em microempresas de base tecnológica. *Revista da FAE*, vol. 10, nº11, p.157-164, 2007.

FERRERA DE LIMA, J. *Géoéconomie et développement regional*. Paris (França): Publibook, 2012.

FERRERA DE LIMA, J. *La diffusion spatiale du développement économique regional*. Sarrabruck (Alemanha): EUE, 2010.

FERRERA DE LIMA, J; EBERHARDT, P. H. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. *Revista Redes*, vol. 15, nº 02, p. 134-151, 2010.

FURTADO, C. O Processo histórico do Desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; REGO, J. *A grande Esperança em Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 253-280, 2001.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

GAGNON, C. Développement local viable: Approches, stratégies et défis pour les communautés. *Revue Coopératives et Développement*, v. 26, n.2, p.61-82, 1995.

GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL (GFM). *Estatuto geral*. Disponível em: <http://mesomercosul.org.br/Principal.php>. Acesso em 31 de Janeiro, 2010.

GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL (GFM). *Notícias*. Disponível em: <http://mesomercosul.org.br/>. Acesso em 02 de dezembro, 2011.

MORAES, J. Capital social : Potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local e regional. IN: BECKER, D. e WITTMANN, M. (org.) *Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul : UNISC, p. 263-281, 2003.

PERIN, Z. *Informações GFM* [entrevista concedida]. Entrevista concedida aos autores, Curitiba, 13 de dezembro de 2010.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Coord.). *Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional*. Toledo: UNIOESTE/Campus de Toledo, março/2001. 245 p. (Relatório de Pesquisa. UNIOESTE – Campus de Toledo/Fundação Araucária - Projeto 612.) projeto concluído. 2002.

POLÉSE, M. *Economía urbana y regional*. Cartago: Libro Universitario Regional. 1998.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição e padrões. In: SCWHARTZMAN, J. *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, p. 53-116, 1977.

WRIGHT, J. T. ; GIOVINAZZO, R. A. Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo, v. 01, nº 12, 2000.